



25 DE NOVEMBRO DE 2011
Sexta – feira

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **INFORMATIVO NOVOS PROJETOS DE LEIS 35.2011 - DAL/FIEP (ANEXO)**
- **INFORMATIVO NOTÍCIAS SEMANAIS 46/2011 - DAL/FIEP(ANEXO)**
- **DESEMPREGO CAI, MAS ADMISSÕES ESTÃO FRACAS**
- **INDÚSTRIA PRODUZ MENOS, VÊ ESTOQUE SUBIR E CORTA PESSOAL**
- **MONTADORAS INVESTIRÃO US\$ 22 BI NO BRASIL**
- **EMPRESAS TÊM NOVO PRAZO PARA DECLARAÇÃO**
- **COMUNICAÇÃO DA FIEP FATURA PRÊMIO ABERJE**
- **DÓLAR VOLTA A SE APROXIMAR DE R\$ 1,90**
- **PRODUÇÃO INDUSTRIAL SEGUE NEGATIVA, MOSTRA CNI**
- **EXTERRAN TERÁ UNIDADE EM ITAJAÍ**
- **CORTE DE 0,5 PONTO AINDA É CONSENSO**
- **STJ LIMITA EFEITOS DE DECISÃO SOBRE JUROS**
- **ABEIVA REFUTA DECLARAÇÕES DE MANTEGA**
- **REZE: SÓ CONCESSIONÁRIO É DISTRIBUIDOR**
- **PROJETO DE LEI - COMISSÃO REJEITA ENVIO POR E-MAIL DE INFORMAÇÕES
SOBRE RESTITUIÇÃO DO IRPF**
- **DECLARAÇÕES FISCAIS - RECEITA FEDERAL PRORROGA O PRAZO DE ENTREGA
DA DCTF DO MÊS DE SETEMBRO**
- **PODER LEGISLATIVO - NOVO CPC: AUMENTO DOS PODERES DOS JUÍZES CAUSA
POLÊMICA EM DEBATE**
- **IR - PESSOA FÍSICA - QUOTA DO IRPF COM VENCIMENTO EM 30/11 TERÁ**

6,81% DE JUROS

- **TRIBUNAL - ENGENHEIRO GANHA ADICIONAL PAGO A COLEGAS DE MESMA FUNÇÃO**
- **MEI - PAÍS JÁ CONTA COM 1,8 MILHÃO DE EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS ATUANDO NA FORMALIDADE**
- **PENHORA DE BENS DE FAMÍLIA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO TRABALHISTA**
- **TERCEIRIZAÇÃO: PRESIDENTE DO TST MANIFESTA PREOCUPAÇÃO COM REGULAMENTAÇÃO**
- **COMISSÃO APROVA PARECER SOBRE TRABALHO TERCEIRIZADO**

Câmbio Em 25/11/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,865	1,866
Euro	2,509	2,510

Fonte: BACEN

Desemprego cai, mas admissões estão fracas

25/11/2011- Gazeta do Povo

A taxa de desemprego em seis regiões metropolitanas do país caiu para 5,8% em outubro, após ter ficado em 6% em setembro. O resultado é o mais baixo para o mês desde 2002, início da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – que coleta dados nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Apesar desse recorde, ainda não foi registrada a habitual criação de vagas desta época do ano, quando alguns setores aumentam a contratação de temporários por causa do Natal e do pagamento do 13.º salário.

A indústria continuou cortando postos de trabalho. Na passagem de setembro para outubro, o setor dispensou 23 mil empregados, um recuo de 0,6% nas vagas. Em relação a outubro de 2010, a indústria cortou 25 mil vagas, uma queda de 0,7%.

“Esse quadro foi diferente em anos anteriores. Na passagem de setembro para outubro, houve crescimento nas vagas da indústria tanto em 2009 quanto em 2010. Em 2011, há uma tendência de redução do contingente dos trabalhadores”, disse Cimar Azeredo, gerente da coordenação de trabalho e rendimento do IBGE.

Segundo Rogério César de Souza, economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), o resultado de outubro causa preocupação. “A indústria não reage no fim do ano. As compras para o Natal são feitas em agosto, mas o reflexo disso [as contratações] não apareceu antes e não apareceu em outubro. Ou seja, já era, pelo jeito não vai aparecer mais”, observou.

Comércio e serviços

Enquanto isso, as atividades de comércio e serviços parecem ter voltado a contratar. No comércio, na passagem de setembro para outubro, foram criadas 50 mil novas vagas, o que elevou o número de empregados em 1,2%. No setor de serviços prestados a empresas, houve alta de 1,8% na ocupação no período, um adicional de 64 mil postos de trabalho, e a atividade “outros serviços” criou 14 mil vagas, com alta de 0,4%.

A geração de vagas no setor de serviços prestados a empresas foi o que estimulou o aumento de postos de trabalho com carteira assinada. Foram criadas 77 mil vagas formais na passagem de setembro para outubro. “Em empregos como secretária, portaria, conservação, postos que não são da especialidade da empresa, existe uma tendência forte de terceirizar essas atividades”, explicou Azeredo.

A renda média do trabalhador ficou estável em outubro, aos R\$ 1.612,70. Na comparação com o mesmo mês de 2010, no entanto, houve queda de 0,3% – a primeira nesse tipo de comparação desde janeiro de 2010.

A taxa de desemprego deve fechar o ano com a média mais baixa de sua série histórica, na avaliação do IBGE. De janeiro a outubro, a média ficou em 6,2%. Em 2010, no mesmo período, o índice era de 7%.

Indústria produz menos, vê estoque subir e corta pessoal

A produção industrial brasileira registrou em outubro mais um mês de desempenho fraco e o acúmulo de estoques pode prejudicar ainda mais a produtividade do setor. O nível de utilização da capacidade de produção das fábricas atingiu o pior nível desde junho de 2009, de acordo com sondagem elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O indicador de produção ficou em 48,8 pontos, praticamente o mesmo patamar de setembro (48,6). Leituras abaixo de 50 pontos representam evolução negativa do índice.

“Os indicadores de outubro mostram um cenário negativo para a indústria. A atividade está desaquecida, a produção caiu e os estoques de produtos finais aumentaram”, afirmaram os técnicos da entidade na pesquisa, divulgada ontem, que ouviu 1.864 empresas.

De acordo com a CNI, o indicador que mede os estoques industriais subiu em relação ao que foi apurado em setembro. Esse acúmulo de produtos na prateleira pode reduzir ainda mais a produtividade do setor nos próximos meses. “Prevíamos que a produção [em outubro] seria fraca para ajustar os estoques. Mas, mesmo com a retração, as empresas continuam acumulando mercadorias”, afirmou Marcelo Azevedo, economista da entidade.

O início do último trimestre do ano em ritmo fraco prejudica, segundo a CNI, as expectativas de desempenho para os próximos seis meses. “O otimismo com relação à evolução da demanda é cada vez menos disseminado na indústria”, disse Azevedo.

Outro aspecto que preocupa a entidade é o comportamento do trabalho – cujo quadro negativo também foi detectado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador de emprego da CNI atingiu 49,1 pontos no mês passado ante 50,3 pontos em setembro.

“Apesar de se encontrar próximo da linha divisória dos 50 pontos, a redução do índice de emprego já chama a atenção, por ser um dos últimos indicadores a sentirem o reflexo de mudanças”, disse Azevedo. “A maioria dos setores analisados na pesquisa já começa a reduzir seu quadro de pessoal. Com os estoques se acumulando significativamente, não faz sentido as empresas comprarem matérias-primas nem contratarem.”

Montadoras investirão US\$ 22 bi no Brasil

25/11/2011- Gazeta do Povo

A expectativa de crescimento econômico impulsiona os investimentos das montadoras no Brasil, que devem chegar a US\$ 22 bilhões no país nos próximos anos. Os presidentes das montadoras destacam a mudança do perfil da produção brasileira, que deixou de fabricar carros planejados em outros países para aplicar tecnologia desenvolvida localmente.

Durante o XXI Congresso da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), o presidente da Anfavea (representante das montadoras), Cledorvino Bellini, ressaltou que o mercado automotivo completa, em 2011, o oitavo ano consecutivo de crescimento – a alta acumulada no período é de 158%.

“O país tem potencial para crescer muito mais, comercializando 6,3 milhões de veículos por ano em 2020”, disse Bellini.

É nessa onda de boas perspectivas que as montadoras querem surfar. A General Motors, que vende 1 milhão de carros na América do Sul (657 mil só no Brasil), quer ampliar a produção para 1,4 milhão de unidades até 2015. Para isso, segundo o presidente da GM para a América do Sul e Brasil, Jaime Ardila, os carros terão de apresentar itens para conquistar os clientes em um mercado cada vez mais acirrado.

“Os carros vão precisar trazer conceitos de conectividade, com acesso à internet e GPS, por exemplo. E, para uma marca ser significativa no Brasil, precisa produzir no país para garantir presença”, afirmou o executivo.

O presidente mundial do grupo PSA Peugeot Citröen, Philippe Varin, anunciou um aporte de R\$ 3,7 bilhões no país até 2015, para que a produção de veículos em sua unidade em Porto Real (RJ) aumente de 29, hoje, para 55 automóveis por hora. O presidente do grupo Ford, Marcos de Oliveira, estima que a companhia vai investir R\$ 4,5 bilhões no país até 2015. “Queremos atualizar a nossa linha de produção e ampliar o uso da tecnologia no país. Por exemplo, a nova versão do EcoSport vai ser produzida no Brasil e a tecnologia vai ser levada aonde formos fabricar”, explica.

Empresas têm novo prazo para declaração

25/11/2011- Gazeta do Povo

As empresas ganharam mais uma semana para entregar a Declaração de Créditos Tributários e Fiscais (DCTF) ao Fisco. Por causa de problemas técnicos na página da Receita Federal, o órgão prorrogou o prazo de envio da declaração para a próxima quarta-feira, dia 30, segundo a Agência Brasil. As multas por atraso na entrega da declaração serão automaticamente canceladas. O prazo original de entrega acabaria anteontem, mas dificuldades no recebimento das declarações começaram a ser registradas desde o fim da tarde de quarta-feira. Enviada todos os meses pelas empresas, a DCTF contém as informações relativas aos tributos apurados, pagamentos, eventuais parcelamentos, compensações de créditos e casos em que a cobrança está suspensa.

Comunicação da Fiep fatura Prêmio Aberje

25/11/2011- Gazeta do Povo

A área de comunicação institucional da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) conquistou pela segunda vez o prêmio nacional da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje). A federação foi a vencedora da categoria “Relacionamento com a Sociedade” com o case “Curitiba 2030”, composto por campanha de mídia, informativo e ação de comunicação nas escolas, entre outras iniciativas. O case deixou para trás empresas como a mineradora Vale e a fabricante de caminhões Scania. O resultado foi anunciado ontem, em São Paulo. Em 2010, a Fiep foi campeã na categoria comunicação digital. Considerando também as premiações regionais, este é o sétimo Prêmio Aberje conquistado pela federação. Neste ano, a comunicação da Fiep venceu também o Prêmio Top de Marketing da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB-PR), com o case “Sesi/Senai Educação Transformadora”.

Dólar volta a se aproximar de R\$ 1,90

25/11/2011- Gazeta do Povo

O dólar comercial registrou ontem a segunda forte alta seguida e avançou 1,72%, a R\$ 1,892, maior cotação desde 3 de outubro, em mais um dia de pessimismo entre investidores por causa da crise das dívidas soberanas na Europa e da especulação no mercado futuro de câmbio. Durante o pregão, a cotação chegou a passar de R\$ 1,90, subindo 2,36% na máxima do dia. Na semana, a moeda já acumula alta de 6,11% e, no mês, 11,03%. "O ambiente está propício para especulação com as moedas", diz o diretor de Tesouraria do Banco Prosper, Jorge Knauer.

O encontro de ontem entre a chanceler alemã, Angela Merkel, o presidente francês, Nicolas Sarkozy, e o premiê italiano, Mario Monti, resultou apenas em promessas de novas medidas contra a crise até 9 de dezembro e em novas declarações contra os eurobônus. A falta de ação enérgica fez as bolsas anularem os ganhos que vinham acumulando com a divulgação de bons dados da economia alemã.

Segundo operadores do mercado de câmbio, a especulação que marcou os pregões dos dois últimos dias partiu de investidores que estavam apostando na queda do dólar (com aplicações em contratos de venda de dólar, ou seja, com posição vendida, no jargão do mercado) na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). Com a piora no cenário internacional dos últimos dias, estes investidores estariam passando a apostar na alta, aumentando, assim, a procura por contratos de compra – em que se comprometem a adquirir a moeda a um valor predeterminado. Esses movimentos fizeram o real ser a moeda que mais desvalorizou frente ao dólar pelo segundo dia seguido.

Alfredo Barbutti, economista da corretora BGC/Liquidez, vê investidores que apostavam na queda do dólar acionando ordens de stop losses (desfazendo-se automaticamente de suas posições para evitar maiores perdas), o que potencializou a alta. O dólar estava subindo aos poucos desde o início do mês, mas nesta semana teria havido intensificação dessas ordens.

Knauer, do Banco Prosper, vê investidores também passando a apostar na alta da moeda americana. O mercado está propício para isso, completa ele, porque a cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre as posições vendidas provoca desequilíbrios que o Banco Central não corrigiu. "Por causa do imposto, faltam vendedores num dia como hoje [ontem]", diz Knauer.

Produção industrial segue negativa, mostra CNI

25/11/2011- Gazeta do Povo

A produção industrial continua negativa, segundo a Sondagem Industrial divulgada nesta quinta pela **Confederação Nacional da Indústria** (CNI). Os dados mostram que a produção em outubro ficou em 48,8 pontos ante 48,6 pontos registrados em setembro. Apesar da ligeira evolução em relação ao mês anterior, segundo a metodologia da pesquisa da CNI, esse indicador (que varia de 0 a 100), quando abaixo de 50 pontos, revela que a produção continua negativa.

Esse dado é ainda reforçado pelos números relativos à Utilização da Capacidade Instalada (UCI). Em outubro, o percentual médio de UCI ficou em 76%, o mesmo registrado em setembro. A sondagem traz ainda os dados relativos à UCI efetiva em relação ao usual para o período, a qual se afastou ainda mais da linha de 50 pontos. Segundo a sondagem, a UCI efetiva em relação à usual caiu de 45 pontos em setembro para 43,9 pontos em outubro, o que é o menor índice desde junho de 2009.

Nesse indicador, também valores acima de 50 pontos mostram evolução positiva, estoques acima do planejado ou UCI acima do usual. Ficando abaixo de 50, a UCI representa problemas para a indústria.

Apesar da queda na produção, os estoques de produtos finais voltaram a se elevar em outubro. O índice de estoques efetivos em relação ao planejado atingiu 53,4 pontos ante 52,9 pontos em setembro. Para o economista da CNI Marcelo Azevedo o acúmulo de estoques deve reduzir ainda mais a produtividade nos próximos meses. "Prevíamos que a produção seria fraca para ajustar os estoques. Mas mesmo como retração, as empresas continuam acumulando mercadorias", afirma.

Expectativas

A Sondagem Industrial também mede o grau de expectativas do setor. Essa queda da atividade contamina, segundo os dados da pesquisa, as expectativas. "O otimismo com relação à evolução da demanda é cada vez menos disseminado na indústria", diz o economista. O índice de 53,3 pontos, registrado em novembro, é o menor desde 2009. Em outubro, esse índice de expectativa quanto à demanda era de 56,1 pontos.

Encontram-se abaixo da linha divisória dos 50 pontos os índices de expectativa de compras de matérias-primas (49,7), números de empregados (48,7) e quantidade exportada (47,9). Isso, na avaliação da CNI, sinaliza o pessimismo dos empresários para os próximos seis meses. A sondagem foi realizada entre os dias 1º e 18 de novembro, com 1.864 empresas, das quais 1.001 são pequenas 599 de médio porte e 264 grandes.

Exterran terá unidade em Itajaí

25/11/2011- Valor Econômico

A companhia norte-americana Exterran Serviços de Óleo e Gás irá instalar uma fábrica destinada à construção de módulos para unidades de produção de petróleo e gás marítimo em Itajaí, no litoral Norte catarinense, informou na noite de quinta-feira a prefeitura da cidade. A estimativa é de geração de 500 empregos diretos e início das operações com o primeiro corte de chapa em outubro de 2012.

Segundo o presidente da Exterran no Brasil Araken Barreto o investimento inicial da indústria na unidade de Itajaí deve girar em torno de R\$ 40 milhões. A Exterran vai se instalar em uma área de 150 mil metros quadrados dentro do complexo do Terminal Portuário(Teporti). As informações são da assessoria de imprensa da Prefeitura de Itajaí.

Corte de 0,5 ponto ainda é consenso

25/11/2011- Valor Econômico

O agravamento do ambiente externo, observado nas últimas duas semanas, justificou um ajuste nas apostas das tesourarias para a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) na próxima semana. Mas, entre economistas, a ideia é de que o BC continuará com sua estratégia moderada. O contrato de juros futuros com vencimento em janeiro de 2012 incorporava no fechamento do pregão de ontem 60% de chance

de o Copom acelerar o passo e cortar os juros em 0,75 ponto porcentual. Mas todos os 30 economistas consultados pelo **Valor** ainda preveem queda de 0,50 ponto na Selic, para 11%. A dúvida entre esses profissionais ainda é sobre o tamanho do ciclo - ou seja, há divergência sobre quanto mais o juro terá de ser reduzido e, portanto, em que nível a Selic encerrará 2012. A minoria dos entrevistados vê o juro a 9% no fim do ano que vem; 11 trabalham com 9,5%; e 12 analistas, projetam Selic de 10% até 11%.

A perspectiva do ciclo de corte do juro vem sendo ampliada gradativamente e, sobretudo, em função da piora do cenário externo, avalia Tatiana Pinheiro, economista do Banco Santander, que projeta corte de 0,50 ponto na semana que vem, chegando a 9,5% ao longo de 2012. "A piora é grande. De agosto para cá, as notícias só se acumularam e os riscos também. E a perspectiva é de piora nas economias avançadas no curto e no médio prazo. E isso não vale só para a Europa, mas também para os Estados Unidos onde não ter acordo no Congresso sobre o orçamento do país não é nada trivial", avalia.

A economista conta que simulações de choque externo indicam que a crise será duradoura. E, o atual estágio, evidencia que a crise não é igual a de 2008. Não há ruptura, mas ela será prolongada. E o cenário que se avizinha para as economias centrais é de baixo crescimento por mais tempo, o que abre espaço para que o Banco Central inicie o ano de 2012 cortando a taxa de juro.

Tatiana pondera que além da crise externa, dados fracos da economia doméstica pesam nas projeções do mercado. E, na sua avaliação, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) do país estará muito atrelado ao cenário internacional. "Em 2008, a desaceleração da atividade doméstica foi concentrada. Agora, alguns setores são mais atingidos, especialmente os suscetíveis ao crédito. Eles é que podem levar a um PIB até negativo no terceiro trimestre e a um resultado medíocre no quarto trimestre deste ano."

A percepção de que uma trajetória de retração da atividade global nos próximos meses é inevitável é o argumento principal do economista da MB Associados, Sérgio Vale, que está no grupo dos que têm a projeção mais baixa do levantamento. Ele espera que os juros caiam gradativamente, em doses de 0,5 ponto porcentual, até atingir 9% ao ano. Isso, diz ele, se não houver uma piora aguda da crise da União Europeia - como um default desordenado da Grécia ou a saída do país da zona do euro - que provoque uma recessão global de grande intensidade.

"Ver a economia da China desacelerar, como confirmou o PMI (índice de atividade industrial), já está no cenário base", observa. "Mas se houver um evento mais grave na Europa, então podemos ver a taxa de juros cair para baixo de 9%", diz.

André Perfeito, economista-chefe da Gradual Investimentos, espera a Selic a 10% em dezembro de 2012, mas considera que a taxa poderia cair mais, para 9,5% por exemplo, também devido à piora no nível de atividade lá fora. No entanto, ele acredita que o BC deve cortar o juro básico menos do que poderia. Isso, porque um corte mais modesto seria uma forma "barata" de segurar parte das expectativas dos agentes econômicos e ajudar na ancoragem das estimativas de inflação.

Na outra ponta, o economista-chefe do BES Investimento, Jankiel Santos, prevê apenas mais um corte de 0,5 ponto da taxa Selic na reunião da semana que vem. Depois disso, a taxa deve ficar estável em 11% até o fim de 2012. "Claro que estamos esperando a ata da próxima reunião para reavaliar esse cenário. Mas, por ora, as indicações dadas pelo BC justificam essa projeção", afirma Santos, referindo-

se às frequentes afirmações do presidente do BC, Alexandre Tombini, de que os juros devem prosseguir em processo de "ajuste moderado". "Embora tenha havido um agravamento do cenário externo nos últimos dias, entendo que o BC já se antecipou ao cenário conturbado, iniciando o ciclo de alívio monetário em agosto", observa. Assim, para o economista, o desempenho da inflação, que ainda é preocupante, pode limitar a continuidade da queda da Selic no início de 2012.

Os economistas da BBDTVM fecham com a maioria pesquisada pelo **Valor** e projetam corte da Selic em 0,50 ponto na última reunião do Copom deste ano, mas não descartam a possibilidade de redução de até 0,75 ponto. "A chance não é desprezível, em razão de julgarmos que o cenário internacional sofreu deterioração adicional nos últimos 45 dias. Porém, a ausência de sinais dos diretores [do BC] na direção da aceleração do ritmo de cortes nos recentes discursos sugere manutenção da estratégia corrente", afirmam os economistas da instituição.

STJ limita efeitos de decisão sobre juros

25/11/2011- Valor Econômico

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) esclareceu, na quarta-feira, que o julgamento definindo que não incide Imposto de Renda (IR) sobre juros de mora vale apenas para casos de verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial. Ao analisar um recurso da Fazenda Nacional, a Corte concordou em delimitar os efeitos de uma decisão tomada em setembro, para evitar que o precedente seja usado também para juros de mora aplicados em situações diversas.

O esclarecimento decorre de uma decisão tomada no fim de setembro pela 1ª Seção, na análise de um processo de um ex-funcionário de uma instituição financeira. Depois que a Justiça trabalhista reconheceu seu direito a verbas rescisórias, o funcionário entrou com uma nova ação na Justiça comum, pedindo para não pagar IR sobre os juros de mora incidentes sobre a condenação. Os juros representavam, no caso, mais da metade das verbas, por isso a discussão do IR era relevante.

Na época, advogados de contribuintes comemoraram a decisão do STJ. Tomada pelo mecanismo do recurso repetitivo, ela passou a servir de orientação para os demais tribunais. A ementa dizia: "Não incide Imposto de Renda sobre os juros moratórios legais em decorrência de sua natureza e função indenizatória ampla."

Mas como o texto não deixava expresso que se aplicava somente às verbas trabalhistas, alguns advogados e juízes interpretaram que o precedente valeria também para outras circunstâncias, como valores recebidos por pessoas jurídicas, juros incidentes em contratos de consumo ou até na atualização de dívidas tributárias.

A Fazenda Nacional entrou com um recurso (embargos de declaração) para tentar reverter a decisão. Os ministros negaram esse pedido, mas concordaram em alterar a redação da ementa para restringi-la ao que foi discutido no processo - ou seja, juros de mora sobre verbas de condenações trabalhistas.

"O julgamento não alterou a essência do acórdão publicado em outubro, na medida em que manteve a inexigibilidade do Imposto de Renda sobre os juros de mora das reclamações trabalhistas", afirma o advogado Carlos Golgo, que atuou na causa. "Mas isso não significa que os juros de mora são tributáveis em outras situações", completa o advogado Igor Mauler Santiago, do Sacha Calmon Misabel Derzi

Consultores e Advogados, que fez a sustentação oral no STJ. De acordo com ele, outras circunstâncias terão que ser discutidas futuramente em processos específicos.

Abeiva refuta declarações de Mantega

25/11/2011- Newsletter Automotive Business

José Luiz Gandini, presidente da Abeiva, reafirmou em comunicado que o Brasil, por meio do Ministério da Fazenda, feriu a leis de comércio internacionais, os direitos dos cidadãos brasileiros, a livre competição e que em nada contribui para o aumento da competitividade setorial com a elevação de 30 pontos na cobrança do IPI de veículos importados. Ele responde, assim, declarações de Guido Mantega, dia 23, durante audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, em Brasília, de que a iniciativa foi "bem sucedida" e "houve uma expressiva elevação dos anúncios de investimentos estrangeiros".

"O Governo, erroneamente, não considerou ou mesmo entendeu o impacto da globalização dessa indústria, que tem se pautado no desenvolvimento de plataformas globais, adequação dos veículos dessas plataformas para cada mercado e região e complementação de portfólio de produto para segmentos específicos", destacou Gandini.

Para o presidente da Abeiva, dos nove projetos de localização de produção, para veículos leves, apenas um é novo, tendo sido anunciado após o Decreto 7.567. "Projetos da Chery, BMW, Suzuki, Hyundai, entre outros, foram anunciados antes de 15 de setembro. Até mesmo o da JAC Motors, protocolado na última semana, tinha sido amplamente noticiado antes do Decreto", enfatizou.

"A capacidade instalada global já ultrapassou o limite sustentável de 80% de utilização e a ideia de invasão do mercado por fabricantes de outros regiões é um delírio. Muito provavelmente, a presidente Dilma Rousseff não recebeu estudos mais completos do setor no Brasil, pois se considerarmos o total de 677 mil veículos importados de janeiro a outubro deste ano, 75,23% foram importados por associadas da Anfavea e 24,36% por filiais à Abeiva", observou Gandini.

Dados da Abeiva apontam que dos 2.791.288 veículos emplacados de janeiro a outubro os importadores sem fábrica do País responderam por apenas 5,91%, ou 165.114 unidades. "Do total estimado de 800 mil veículos a serem importados este ano, deveremos responder por 200 mil unidades, cerca de 25%. O restante, na maioria, vem da Argentina e do México, com alíquota de importação zero", ressaltou Gandini.

Quanto à dificuldade brasileira de exportação, o presidente da Abeiva disse que, ao contrário de pólos produtivos como China e Coreia do Sul, o País não investiu nos últimos anos em inovação e aumento do conteúdo tecnológico dos veículos. Para ele, esses fatores, associados à baixa ação do governo na função de regular o mercado de matérias primas, reduziu drasticamente a competitividade dos produtos 'nacionais'. "Mesmo que tivéssemos câmbio mais favorável à exportação, as chances seriam

mínimas e restritas ao mercado de baixo volume da América do Sul”, esclareceu.

Reze: só concessionário é distribuidor

25/11/2011- Newsletter Automotive Business

“As montadoras precisam definir com clareza qual é o seu verdadeiro canal de distribuição de veículos. Nós (os concessionários) queremos e devemos ser reconhecidos como os genuínos distribuidores.” Assim Sérgio Reze (foto), presidente da associação dos concessionários, a Fenabreve, abriu oficialmente o congresso da entidade nesta quinta-feira, 24, no Expo Center Norte, em São Paulo. O dirigente não usou meias palavras em seu discurso de abertura do evento, mas não citou diretamente o alvo da sua assertiva: o grande crescimento das vendas diretas a locadoras, que já representam algo como 30% do mercado de veículos no Brasil e competem de forma desigual com as concessionárias, recebendo grandes descontos (mais de 30%) e vendendo veículos quase novos como seminovos.

Sobre esse “desvio” do canal oficial de distribuição de veículos no País, Reze disse: “Como parceiros efetivos (fabricantes e concessionários), devemos ser sinceros e até duros para apontar desvios, porque se um de nós morrermos o outro define”, afirmou. “Assim como as montadoras, nós investimos e colocamos nosso capital em risco. É legítimo que o governo proteja a indústria automotiva nacional, mas também tem obrigação de proteger os 7 mil concessionários de veículos deste País, e não quem aproveita brechas legais do mercado”, atacou.

Depois de dizer que 2011 é um ano que “podemos chamar de brilhante” do ponto de vista das vendas, Reze ponderou que isso de nada adianta sem bons resultados: “Devemos lançar um olhar para além desse cenário favorável e olhar para dentro de nossas empresas, onde o caixa é o verdadeiro extrato do nosso sucesso ou fracasso”, lembrou.

Reze sugeriu que a maior união entre montadoras e rede é a única solução para acabar com o atual desequilíbrio do mercado nacional, em grande medida, segundo ele, causado pelo portfólio de produtos fabricados no País. “Até há poucos tempo os carros populares 1.0 representavam mais da metade do mercado. As montadoras então se prepararam para atender esse mercado. Mas ocorre que as vendas desses modelos caíram e nas concessionárias hoje representam algo como 38%. Com isso os fabricantes precisam desovar o grande volume de carros 1.0 que produzem, e aí mandam para as locadoras”, avaliou o dirigente em entrevista coletiva.

Para Reze, ainda vai levar algum tempo até que a atual situação mude. “Não podemos chegar à posição de quinto ou quarto maior mercado do mundo sem bons resultados para todos os parceiros desse negócio”, ressaltou.

Projeto de Lei - Comissão rejeita envio por e-mail de informações sobre restituição do IRPF

25/11/2011- Notas COAD

A Comissão de Finanças e Tributação rejeitou o Projeto de Lei 426/11, do deputado Hugo Leal (PSC-RJ), que obriga a Receita Federal a encaminhar por e-mail informações sobre a data, o banco e o valor da restituição do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

O relator na comissão, deputado Jairo Ataíde (DEM-MG), concluiu em seu parecer que, apesar de não implicar aumento de despesas públicas, a proposta deve, no mérito, ser rejeitada.

Ataíde lembra que, desde 2008, a Receita Federal já envia informações a respeito da restituição do IRPF via SMS (mensagem curta de texto) para celulares cadastrados no site do órgão, por meio do link "Cadastre seu celular e receba uma mensagem SMS quando sua restituição for liberada", sem qualquer custo para os clientes das operadoras de telefonia móvel.

O relator citou dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), segundo a qual o número de assinantes de telefonia celular no País já superou a marca de 200 milhões. Além disso, segundo ele, o uso de celular evita que pessoas de má-fé disseminem vírus ou mensagens falsas por correio eletrônico.

Fonte: Agência Câmara

Declarações Fiscais - Receita Federal prorroga o prazo de entrega da DCTF do mês de setembro

25/11/2011- Notas COAD

Foi publicada no Diário Oficial de hoje, 25/11, a Instrução Normativa 1.212, que prorroga o prazo de entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) de setembro/2011 para o dia 30/11.

Segundo a Receita Federal, o prazo será prorrogado em virtude de problemas operacionais ocorridos no Serpro às 17h30 do dia 23, que geraram instabilidades no site da Receita Federal e nos sistemas de transmissão eletrônica de declarações.

As multas por atraso na entrega da declaração, emitidas de 24 a 30/11, serão canceladas automaticamente pela Receita Federal.

Poder Legislativo - Novo CPC: aumento dos poderes dos juízes causa polêmica em debate

25/11/2011- Notas COAD

O eventual aumento dos poderes dos juízes no novo Código de Processo Civil (Projeto de Lei nº 8.046/2010) causou polêmica entre o desembargador do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Marcelo Navarro, e o professor da Universidade de São Paulo (USP), Antônio Cláudio da Costa Machado. Eles participaram, nesta última quarta-feira (23/11), de audiência pública, na Comissão Especial da Câmara, que analisa o Projeto.

Para o professor da USP, o texto dá tamanha autonomia aos juízes, e há o risco de ser instaurada uma "ditadura do Judiciário". "O Projeto cria um processo civil autoritário, em que os juízes poderão tudo e partes e advogado poderão nada", criticou.

A proposta permite que os juízes adaptem o processo ao caso concreto, como já ocorre atualmente na Justiça do Trabalho. Antonio Machado avaliou que essa

aproximação é ruim. "A Justiça do Trabalho lida com o desequilíbrio entre o empregador e o empregado, o que justifica os poderes do juiz, mas não podemos utilizar essa mesma premissa no processo civil", explicou.

Já o desembargador Marcelo Navarro avaliou que o Projeto é pró-advogado. "A relatora da comissão de juristas é advogada, a maioria dos membros das comissões especiais do Senado e da Câmara são advogados, a maioria dos processualistas são advogados. Então, não é crível que um grupo assim formado fosse reduzir a situação dos advogados e melhorar a dos juizes", disse.

Na sua avaliação, o projeto não dá mais poder aos juizes, mas sim cria mecanismos para tornar mais efetiva a realização dos direitos reclamados no Judiciário.

O relator do projeto, deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA), também não concordou com a avaliação de que o juiz ficará mais poderoso no novo Código de Processo Civil. Ele ressaltou que uma das suas alterações à proposta será a instituição de um acordo de procedimentos, em que as partes definirão questões processuais e o juiz apenas arbitrará de acordo com o que foi definido.

"Essa crítica foi feita ao anteprojeto, porque a comissão foi presidida por um juiz, mas esse discurso já diminuiu no Senado e, certamente, na Câmara ele vai desaparecer", afirmou.

Recursos

Outro tema que voltou a causar polêmica foi a extinção dos embargos infringentes, prevista no projeto em discussão pela Câmara.

Sub-relator da parte de recursos, o deputado Hugo Leal (PSC-RJ) afirmou que ainda questiona se eliminar esse dispositivo é ou não a melhor alternativa. "Ainda não tenho certeza se estamos indo no caminho certo", declarou.

Os embargos infringentes são usados para questionar uma decisão não unânime de colegiado que tenha reformado a sentença de mérito, ou julgado procedente uma ação rescisória.

Para o professor da USP, Antonio Machado, já houve tentativa de excluir esse processo em 1994, sem sucesso. Ele defende a manutenção dos embargos infringentes. "Temos estatísticas de que eles são aplicados em apenas 2% das causas, mas 50% deles são providos, ou seja, eles aperfeiçoam a jurisdição", disse.

O desembargador Marcelo Navarro defendeu que a extinção dos embargos infringentes seja associada à mudança de outros instrumentos. "Ficamos com diversos instrumentos para atingir o mesmo fim. Temos embargos infringentes, embargos de divergência e uniformização de jurisprudência. Vamos juntá-los em uma coisa só, já que eles são diferentes, mas se sobrepõem", defendeu.

FONTE: Agência Câmara

IR - Pessoa Física - Quota do IRPF com vencimento em 30/11 terá 6,81% de juros

25/11/2011- Notas COAD

As pessoas físicas que optaram pelo parcelamento do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual do exercício de 2011, ano-calendário de 2010, deverão acrescer ao valor de cada quota, a partir da segunda, juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao previsto para a entrega da declaração até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento.

Tribunal - Engenheiro ganha adicional pago a colegas de mesma função

25/11/2011- Notas COAD

A Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Brasil Telecom a pagar a um engenheiro paranaense o mesmo adicional de remuneração pago a um grupo de engenheiros. Todos realizavam a mesma função e trabalhavam no mesmo setor. O entendimento foi o de que o procedimento era discriminatório e feria o princípio constitucional da isonomia salarial.

A Brasil Telecom havia sido condenada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) a pagar a verba ao empregado. No entanto, ao julgar recurso de revista, a Quinta Turma do TST entendeu que a empresa não incorrera em tratamento diferenciado ou anti-isonômico, e isentou-a do pagamento da referida verba.

Inconformado, o engenheiro recorreu à SSDI-1, alegando que o adicional, denominado TCS, foi concedido sem qualquer critério a alguns colegas que exerciam a mesma função que ele. Entendia que o procedimento do empregador era discriminatório e afrontava o princípio constitucional da isonomia, o que requeria o restabelecimento da decisão regional.

Ao examinar o recurso na SDI-1, o relator, ministro Horácio Senna Pires informou que o Tribunal Regional noticiou mesmo que a Brasil Telecom não conseguiu provar que concedeu a verba apenas a empregados considerados "chave" que prestavam serviços à empresa Tele Centro Sul. Ao contrário, assinalou que o autor da ação exercia a mesma função e trabalhava no mesmo setor que os demais engenheiros contemplados com o TCS.

Segundo o relator, o procedimento da empresa contraria o Direito do Trabalho, que se caracteriza por mecanismos e princípios que procuram "evitar tratamento discriminatório entre empregados que se encontrem na execução de tarefas iguais e submetidos a idênticos encargos". Isto está estabelecido nos artigos 5º e 7º, incisos XXXII e XXXIV, da Constituição da República, que consagram o princípio da isonomia e afastam o tratamento discriminatório, e no artigo 7º, incisos VI, VII e X, concernentes à ideia de isonomia e proteção ao salário, informou o relator.

A SDI-1 seguiu o voto do relator, por maioria.

Processo: [E-ED-RR-269000-19.2002.5.09.0015](#)

FONTE: TST

MEI - País já conta com 1,8 milhão de empreendedores individuais atuando na formalidade

25/11/2011- Notas COAD

O Brasil registrou, nesta última quarta-feira (23), 1.810.417 Empreendedores Individuais (EI) cadastrados - pessoas que trabalham por conta própria no comércio, na indústria ou na prestação de serviço. A meta do Governo Federal de formalizar mais 500 mil novos EI até o fim deste ano já foi superada em 300 mil.

A partir do ano que vem, o trabalhador por conta própria que tiver faturamento bruto de até R\$ 60 mil por ano poderá se cadastrar como Empreendedor Individual e ter acesso a benefícios da Previdência Social, como aposentadoria por idade, auxílio-doença e salário-maternidade, por exemplo. No início do mês, a presidenta Dilma Rousseff sancionou uma lei que amplia o limite de faturamento do EI de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil anual.

"Nós acreditamos que vamos ter uma aceleração ainda maior na entrada de novos Empreendedores Individuais e já estamos pensando em estipular uma nova meta para 2012, uma vez que a meta anterior vai ser superada no início do ano, que era de dois milhões", comemorou o secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo Rolim.

Hoje, há uma [lista com mais de 400 ocupações](#) que se enquadram no perfil de empreendedor individual. Entre elas, doceira, pipoqueiro, borracheiro, barbeiro, artesão, carpinteiro, encanador, engraxate, jardineiro, jornaleiro, manicure, maquiadora e quitandeira. A lista completa de atividades pode ser consultada no site da Previdência Social.

Cadastro - Para se cadastrar como EI e ter acesso a uma série de benefícios e à cobertura da Previdência Social, o trabalhador por conta própria deve se inscrever no Portal do Empreendedor na internet (www.portaldoempreendedor.gov.br). A inscrição é rápida e gratuita e permite ao empreendedor obter o número de CNPJ.

O EI cadastrado paga 5% sobre o salário mínimo (R\$ 27,25) mais R\$ 1 de ICMS para o Estado caso trabalhe em atividades ligadas à indústria e ao comércio e R\$ 5,00 de ISS para o município, caso atue como prestador de serviço. O custo máximo de formalização para quem realiza atividade mista é de R\$ 33,25 por mês.

FONTE: INSS

Penhora de bens de família no processo de execução trabalhista

25/11/2011- Notas COAD

No cumprimento da execução, o Judiciário busca equilíbrio entre o direito do trabalhador e os direitos à moradia e à dignidade humana do devedor. Reportagem do TRT do Paraná enumera situações em que imóveis de família podem ser penhorados

Muitas dívidas trabalhistas que estão em execução na Justiça deixam de ser honradas porque os imóveis que poderiam ser penhorados para o pagamento do direito adquirido são considerados bens de família. Ou seja, são impenhoráveis por força da [Lei 8.009/90](#). É o confronto entre o direito que o trabalhador tem garantido pela Justiça e o direito fundamental de proteção à dignidade humana, que inclui ter um lugar para morar. Em regra, não é possível penhorar bens de família e a jurisprudência tem dado uma interpretação ampla a respeito de quais situações configuram esse tipo de bem.

Uma mansão seria considerada um bem de família? Uma decisão da Justiça do Trabalho do Paraná, da década de 1990, mostrou que, dependendo do caso, pode não ser. Na época, o então juiz do Trabalho de Pato Branco e atual presidente do Tribunal

Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), desembargador Ney José de Freitas, decidiu pelo desmembramento de parte de uma mansão para o pagamento de uma ação que envolvia uma cooperativa da região, a qual era de propriedade de um dos presidentes. A casa anexa à mansão – que poderia ser utilizada pelo caseiro – passou a ser considerada pelo Judiciário como bem de família. Já a casa maior foi penhorada para possibilitar o pagamento dos direitos adquiridos por um trabalhador.

Na época, não houve necessidade da venda do imóvel, pois o devedor pagou o valor. “Não é justo assegurar como bem de família um imóvel que vale milhões, enquanto o que se está devendo é uma pequena fração. É preciso encontrar uma solução para isso, para que o trabalhador não tenha apenas um quadro emoldurado da Justiça dizendo que tem direito, mas não recebe o que lhe foi assegurado”, diz o desembargador Ney José de Freitas. “Muitas vezes, a pessoa concentra todo seu patrimônio em um único bem para se utilizar do direito de não ter o imóvel penhorado”, completa.

A proteção do bem de família, conforme explica o juiz do Trabalho José Aparecido dos Santos, membro da Comissão Nacional de Efetividade da Execução, “está calcada no princípio da dignidade humana, por força da qual deve ser reservado ao devedor um mínimo para a sobrevivência digna. Por isso, como o direito à habitação está incluído nesse mínimo, somente quando, no caso concreto, seja esse o bem jurídico a ser preservado é que se pode falar em impenhorabilidade”, explica.

Moradia

Nem sempre é preciso estar morando no imóvel para que ele seja configurado como bem de família. É o que acaba de decidir o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná em um processo envolvendo uma trabalhadora e o sócio de uma empresa de confecções de bolsas, em Curitiba. O empresário teve penhorado o único imóvel de sua propriedade – e que se encontrava alugado. Residindo com a família em outro imóvel, de propriedade de sua irmã, recorreu à Justiça do Trabalho argumentando que o imóvel não poderia ser objeto de penhora, pois se tratava de bem de família. Embora reconhecendo a natureza alimentar do crédito trabalhista, o TRT do Paraná admitiu a impenhorabilidade do imóvel, nas duas instâncias, apesar de locado, considerando que ele propicia recursos financeiros necessários à subsistência da família.

Reportagem: Flaviane Galafassi e Nelson Copruchinski/TRT-PR

Terceirização: presidente do TST manifesta preocupação com regulamentação

25/11/2011- Tribunal Superior do Trabalho

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, encaminhou hoje (23) ofício ao deputado Sandro Mabel, presidente da comissão especial da Câmara dos Deputados para promover estudos e proposições voltadas à regulamentação do trabalho terceirizado no Brasil. A comissão votaria, à tarde, o parecer do relator da matéria, deputado Roberto Santiago (PSD-SP).

No ofício, o ministro manifesta sua preocupação com o desenvolvimento legislativo do tema. Para o presidente do TST, o conceito de terceirização lícita apresentado no projeto de lei adotado no substitutivo não sinaliza “o esperado avanço legislativo” sobre o tema. “As expressões ‘inerentes’, ‘acessórias’ ou ‘complementares’ revestem-se de caráter polissêmico que causará maiores incertezas do que se tem atualmente”,

afirma

o

ministro. "A partir delas não se torna possível, com grau mínimo de certeza, estabelecer a licitude ou a ilicitude de determinadas espécies de contratos de terceirização".

Outros elementos destacados no ofício foram a fragmentação da categoria profissional decorrente da terceirização irrestrita, que retira dos trabalhadores terceirizados o poder de negociação por melhores condições de trabalho, e a distinção de limites e efeitos da terceirização a partir da qualidade jurídica do tomador de serviços. "Não diviso fundamento jurídico sustentável para que a responsabilidade da pessoa de direito público exiba-se mais severa ou diferente daquela que recai sobre a pessoa de direito privado que pratica o mesmo ato de contratação", assinala o ministro.

Para o presidente do TST, o substitutivo apresentado pelo deputado Vicentinho (PT-SP) em voto separado "contempla alguns significativos avanços", como a manutenção do critério da atividade fim para aferição de legalidade da terceirização, a convocação de sindicatos para acompanhar as terceirizações e a inclusão objetiva de mecanismos de fiscalização do prestador pelo tomador de serviços, além da aferição da idoneidade dos

prestadores por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. A única ressalva feita pelo ministro Dalazen ao Projeto de Lei 1.621/2007, de autoria do deputado Vicentinho, diz respeito à adoção da responsabilidade objetiva do tomador dos serviços, "tema para o qual parece mais adequada a assunção do modelo de responsabilidade subjetiva, não objetiva".

Durante a sessão da comissão, o deputado Vicentinho (PT-SP) defendeu a manifestação do presidente do TST "como uma contribuição para o debate", e lembrou que o TST realizou, em outubro, audiência pública para debater o assunto.

Substitutivo

O parecer aprovado pela comissão especial foi o do relator, deputado Roberto Santiago, favorável ao Projeto de Lei nº 4.330/2004, de autoria do deputado Mabel. A comissão especial é formada por 46 deputados, entre titulares e suplentes. O substitutivo do relator foi aprovado por 14 votos a 2.

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho

Comissão aprova parecer sobre trabalho terceirizado

25/11/2011- Câmara dos Deputados

O parecer do deputado Roberto Santiago (PSD-SP), regulamentando o trabalho terceirizado no Brasil, foi aprovado nesta quarta-feira pela comissão especial sobre o tema. Foram 14 votos a favor e 2 contra, dos deputados petistas Vicentinho (SP) e Policarpo (DF). A Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e sindicatos protestaram durante a sessão.

O texto aprovado apresenta sugestões ao Projeto de Lei 4330/04, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que institui a responsabilidade subsidiária, segundo a qual o trabalhador terceirizado só pode cobrar direitos trabalhistas da tomadora de serviços quando esgotados os bens da empresa prestadora, no caso de falência, por exemplo. As sugestões farão parte do substitutivo que será apresentado pela

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Durante a discussão, Vicentinho e Policarpo afirmaram que o parecer vai permitir a terceirização na atividade principal da empresa. Os sindicalistas presentes tentaram alterar o parecer para impedir que uma empresa tenha apenas trabalhadores terceirizados.

Vicentinho alertou que uma legislação equivocada poderá prejudicar mais de 30 milhões de trabalhadores. Isso porque, segundo ele, a tendência será de redução do quadro efetivo e contratação de terceirizados, com baixo salário e precárias condições de trabalho. "Os sindicatos das categorias preponderantes, que lidam com os trabalhadores, precisam saber o que vai acontecer com as empresas, se vai trocar trabalhador formal por terceirizado."

Requisitos para as empresas

Já o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) defendeu o parecer de Santiago, observando que ele vai acabar com a "picaretagem", ao exigir uma série de requisitos para a empresa atuar no mercado. "Na medida em que transforma as empresas em especializadas em uma única atividade, dentro da categoria profissional, conseqüentemente garante os direitos dos trabalhadores terceirizados na sua convenção", afirmou.

Para Roberto Santiago, o seu relatório acaba com a "bagunça generalizada" que é hoje o setor. Segundo ele, na Câmara dos Deputados a empresa que faz limpeza também oferece serviços de profissionais de comunicação. "Isso não tem cabimento. Tem que ser uma empresa especializada", disse.

O texto do relator obriga as contratantes a fiscalizar o recolhimento dos encargos sociais pelas prestadoras. Se a prestadora não estiver recolhendo corretamente, a contratante pode interromper o pagamento dos serviços. Além disso, a proposta obriga as contratantes a verificar se as prestadores cumprem os acordos coletivos fechados pelas categorias de seus funcionários.

Sindicalistas acompanharam a votação da proposta sobre o trabalho terceirizado na comissão especial.

Intermediação proibida

O texto proíbe a intermediação da contratação de mão de obra terceirizada e determina que as empresas prestadoras de serviço tenham apenas um objeto em seu contrato social. Também define regras para evitar que empresas sem solidez financeira entrem no mercado de prestação de serviços.

O objetivo é reduzir os riscos de as empresas falirem sem quitar suas dívidas com os trabalhadores. Firms com até dez empregados, por exemplo, terão que ter capital mínimo de R\$ 50 mil.

Em relação ao setor público, o parecer de Roberto Santiago proíbe a contratação de prestadores de serviços para as funções que estiverem previstas nos planos de cargos

e salários.

Fonte: Câmara dos Deputados